

**Requerimento de Comissão**

REQUE **2969/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. André Reis, Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, pedido de informação sobre o impacto orçamentário-financeiro resultante da isenção de IPTU para idosos em determinadas situações.

Recebi em meu gabinete a proposta de isenção de cobrança de IPTU, a ser concedida pela Prefeitura de Belo Horizonte, para idosos com mais de 70 anos de idade, aposentados pelo INSS, com tempo de contribuição superior a 30 anos e que pagaram integralmente os IPTU's de seu único imóvel residencial nos últimos 30 anos.

A medida visa compensar e premiar o cidadão idoso, morador de Belo Horizonte, que pagou o IPTU de sua residência regularmente durante os últimos 30 anos, e que possuem imóveis que podem ser enquadrados como totalmente depreciados conforme critérios tributários adotados pela Receita Federal.

Diante da proposta prevista, faço os seguintes questionamentos:

1. O Decreto nº 15.828/2014, da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), concedeu a remissão de até 50% do IPTU do ano de 2015 para os contribuintes que se enquadrassem, concomitantemente, nas seguintes condições:

*I - ser aposentado ou pensionista de sistema público de previdência;*

*II - contar 60 (sessenta) anos ou mais em 1º de janeiro de 2015;*

*III - possuir renda familiar inferior a 3 (três) salários mínimos no dia 1º de janeiro de 2015;*

*IV - não possuir outra fonte de renda, receita, ganho ou provento complementar de qualquer natureza;*

*V - possuir um único imóvel, com valor venal até R\$ 101.616,66 (cento e um mil, seiscentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos), em 1º de janeiro de 2015, e nele residir há mais de 5 (cinco) anos.*

- 1.1 Qual foi o impacto orçamentário-financeiro dessa medida adotada em 2015 para o Poder Executivo?
- 1.2 Esse Decreto foi replicado, posteriormente, em algum dos anos de 2016 a 2023?
- 1.3 Há alguma previsão para que isso ocorra para o ano de 2024?
2. Qual seria o impacto orçamentário-financeiro para o Poder Executivo de um projeto que contemple a isenção de IPTU para idosos com mais de 70 anos de idade, aposentados pelo INSS, com tempo de contribuição superior a 30 anos e que pagaram integralmente os IPTU's de seu único imóvel residencial nos últimos 30 anos?
3. A PBH possui alguma outra política pública de isenção tributária voltada para os idosos? Em caso positivo, favor descrever quais os impostos, em quais áreas e para quais hipóteses existem essas isenções.
4. A PBH planeja implantar alguma medida isenção tributária voltada para os idosos?

Belo Horizonte, 10 de novembro de 2023.

FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por FERNANDA  
PEREIRA ALTOE:04519898641  
Dados: 2023.11.10 15:40:09 -03'00'

**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**  
**NOVO**

Ao Senhor

Vereador Cleiton Xavier

Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
10 / 11 / 2023

000000739  
Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº  
**3073/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Orçamento e Finanças, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada **audiência pública** com a finalidade de **debater a possibilidade de recriação de cargos extintos de fiscal urbanístico e ambiental e eventuais impactos orçamentários** no dia **29/11/2023, às 13h**, no Plenário Helvécio Arantes.

A realização dessa audiência se justifica pela existência da relevância do cargo de Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental também se verifica na segurança e no bem-estar da população de Belo Horizonte, está em conformidade com a Lei 10.308/2011.

É de conhecimento público que, até junho de 2022, havia 600 (seiscentas) vagas destinadas ao cargo de Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental (conforme art. 2º da Lei 10.308/2011). No ano de 2022, por meio da Lei 11.373 (art. 143), foram extintas 236 vagas para o cargo de Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental. Destaque-se, inclusive, que à época da extinção de tais cargos, não havia concursos para o cargo de Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental há mais de 20 anos.

É importante que se tenha em vista, também, que há uma desproporcionalidade entre o número de habitantes de Belo Horizonte (2,722 milhões) e o número de Fiscais de Controle Urbanístico e Ambiental da PBH (364 no total, sendo apenas 195 em atividade).

Esclareça-se que, atualmente, existe 1 Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental em atividade para cada 13.959 habitantes belo-horizontinos. Sabemos que, mesmo com a nomeação dos 169 cargos "em aberto" (caso de uma lotação total das vagas), haveria uma proporção de 7.478 habitantes para cada Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental. Sem mencionar que há um acúmulo de matérias por parte dos fiscais em Belo-Horizonte, haja vista que eles são responsáveis por fiscalizar Posturas, Obras, Meio-Ambiente, Limpeza urbana, além de outros aspectos urbanísticos.

CHBH\_DIRLEG-21/nov/23-15:25:14-008382-1

diu 6999



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A título de comparação, vejamos outras cidades brasileiras: (a) Brasília/DF, com população de 2,817 milhões, possui um fiscal para cada 4.268 habitantes; (b) Porto Alegre/RS, com 1,332 milhões de habitantes, possui um fiscal para cada 3.806 porto-alegrenses; (c) Florianópolis/SC (508 mil habitantes) possui um fiscal para cada 3.878 habitantes; (d) Curitiba/PR, com uma população estimada de 1.948 milhões de pessoas, tem um fiscal para cada 4.319 cidadãos.

É imprescindível destacar que nenhuma das cidades mencionadas tem a fiscalização integrada (Fiscal de Posturas, Fiscal de obras, Fiscal Ambiental, Fiscal Urbanístico, Fiscal de Limpeza urbana em um mesmo cargo) como ocorre em Belo Horizonte. Esse fato evidencia que há uma sobrecarga de trabalho desarrazoada quando em comparação com outras cidades brasileiras.

Em Belo Horizonte, tiveram alguns acidentes que possivelmente poderiam ter sido evitados se houvesse profissionais de Controle Urbanístico e Ambiental para fiscalizar não apenas repressivamente, mas também de forma preventiva. Senão vejamos alguns exemplos:

- Em 17 de outubro de 2023, aconteceu um grave acidente em uma obra no bairro Belvedere, a qual é destinada a um supermercado da marca Verdemar, o acidente vitimou quatro funcionários em decorrência de um deslizamento na obra. Após o desastre, a obra foi embargada por riscos de novos deslizamentos de terra;
- Em setembro de 2022, um prédio de 5 andares desabou completamente no bairro Planalto, região norte de Belo Horizonte, deixando uma pessoa morta, além de três feridos;
- Em setembro de 2023, uma famosa lanchonete (Rei do Pastel), localizada no coração de Belo Horizonte, pegou fogo, sendo verificado, posteriormente ao incidente, que o citado empreendimento operava sem licenciamento do Corpo de Bombeiros (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros);
- Na última década existiram vários episódios de elevadores que despencaram por algum tipo de falha, incluindo um acontecimento no Hospital LifeCenter no ano de 2019; Situações que poderiam ser evitadas caso a atuação dos fiscais impedisse a utilização dos maquinários em desconformidade ou sem manutenções preventivas.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Estudos de 2012 apontaram que apenas 27%, dos mais de 11 mil elevadores em Belo Horizonte/MG, estavam com as suas vistorias em dia. Destaque-se, além disso, que, outro recente estudo, foi apontado pela ABEMEC (Associação de Engenharia Mecânica e Industrial) que o número de acidentes envolvendo elevadores em Belo Horizonte/MG é alto.

- Segundo informações do CREA-MG, Belo Horizonte/MG é a líder em denúncias sobre obras irregulares no estado de Minas Gerais. Em Belo Horizonte, foram feitas 831 denúncias de obras irregulares de janeiro a setembro de 2023, uma média de três por dia, junto ao CREA-MG. A prefeitura de Belo Horizonte realizou 3.314 vistorias de janeiro a outubro deste ano, com emissão de 2.909 autuações, 326 autos de embargo, 132 autos de fiscalização, 733 autos de infração e 1.718 autos de notificação. O que evidencia uma enorme área de atuação dos Fiscais de Controle Urbanístico e Ambiental num segmento que interfere na vida e na segurança de milhares de belo-horizontinos, principalmente quando se trata de construções em encostas e áreas de risco.

É ainda importante destacar que os fiscais, mesmo com o pouco quantitativo que possuem, ainda são de suma importância para a cidade. Como a interdição realizada pelos Fiscais de Controle Urbanístico e Ambiental de uma mineração irregular na Serra do Taquaril (área tombada da Serra do Curral), em maio de 2022. Foi, inclusive, em razão do profissionalismo dos Fiscais de Controle Urbanístico e Ambiental que o Ministério Público de Minas Gerais teve subsídios fáticos para ajuizar ação cobrando indenização no montante de 20 milhões de reais em desfavor da Mineradora Gute Shict Ltda. e do próprio Governo de Minas.

Compreendemos, assim, que os Fiscais de Controle Urbanístico e Ambiental geram receitas ao Poder Público por meio de suas fiscalizações (vide exemplo da mineradora anteriormente citado). Os fiscais também propiciam arrecadação junto à Prefeitura. Como exemplo, vejamos o que trouxe o "Boletim da SMPU" (edição de outubro de 2023: *"Arrecadação: de janeiro a agosto de 2023, foram arrecadados R\$72.194.971,10 por meio da regularização de edificações à luz da Lei 9.074/2005"*).

Os fiscais também geram receitas a outros órgãos, como no já citado exemplo do incêndio do estabelecimento Rei do Pastel, o qual, se tivesse sido fiscalizado em



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tempo e modo adequados, geraria, no mínimo, uma taxa junto ao corpo de bombeiros.

Além disso, também são responsáveis por ações de conscientização e educativas relacionados ao meio ambiente, manejo de resíduos sólidos, resíduos hospitalares, reciclagem de materiais, adequação de vias públicas e melhoramento em geral da vida do belo-horizontino.

Ações de conscientização também implicam redução nos gastos públicos, figurando, portanto, como um tipo de “receita inversa” (vide por exemplo as ações que conscientizam o manejo correto de resíduos sólidos ou as ações que conscientizam a população sobre os riscos de incêndios e necessidade de uma adequada proteção ambiental).

Sem mencionar que eles são os operadores de uma espécie de “poder de polícia” voltados ao Código de Posturas Municipal e às leis belo-horizontinas produzidas por esta respeitada Casa Legislativa.

Importante ponderar, por fim, que os Fiscais de Controle Urbanístico e Ambiental foram um dos poucos cargos públicos, assim como médicos e enfermeiros, que trabalharam com grande parte de seu efetivo em meio a pandemia, colocando em risco a vida dos citados funcionários públicos em prol da coletividade belo-horizontina. A atuação, inclusive, gerou elogios públicos por parte do prefeito à época (Sr. Alexandre Kalil).

### **Sugiro que sejam convidados:**

— *Castellar Modesto Guimarães Neto* - Secretaria Municipal de Governo - [smgo@pbh.gov.br](mailto:smgo@pbh.gov.br) - (31)3277-4001

— João Antônio Fleury Teixeira - Secretaria Municipal de Política Urbana - [smpu@pbh.gov.br](mailto:smpu@pbh.gov.br) - (31)3246-0090

— José Mauro Gomes - Subsecretaria de Fiscalização - [sufis@pbh.gov.br](mailto:sufis@pbh.gov.br) - (31)3246-0120



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

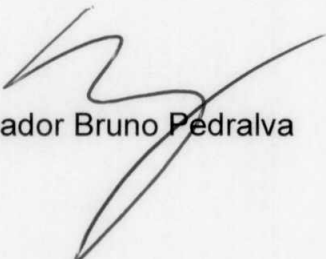
— André Abreu Reis - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão -  
[gab.smpog@pbh.gov.br](mailto:gab.smpog@pbh.gov.br) - (31)3277-9253

— Fernanda de Siqueira Neves - Subsecretaria de Gestão de Pessoas -  
[sugesp@pbh.gov.br](mailto:sugesp@pbh.gov.br) - (31)3246-6575

— Israel Arimar de Moura — Coordenador Administrativo do Sindicato dos Servidores  
Públicos Municipais de BH (SINDIBEL) — [sindibel@sindibel.com.br](mailto:sindibel@sindibel.com.br) ;

Para subsidiar a referida reunião, solicito à Divisão de Consultoria  
Legislativa que elabore nota técnica sobre o assunto.


Belo Horizonte, 16 de novembro de 2023.



Vereador Bruno Pedralva


Vereador Professor Juliano Lopes

Vereadora Cida Falabella



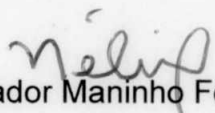
Vereadora Iza Lourença

Vereador Álvaro Damião



Vereador Pedro Patrus

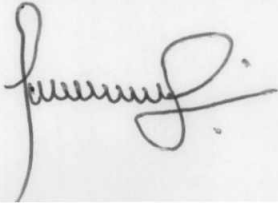
Vereador Wesley Moreira



Vereador Maninho Félix

Vereador Claudio do Mundo Novo

Vereadora Flavia Borja

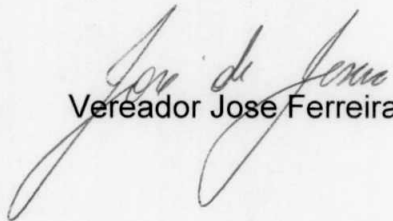


Reinardo



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Vereador Helinho da Farmácia

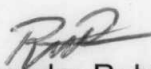
  
Vereador José Ferreira

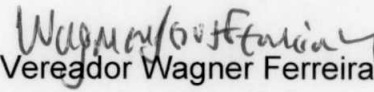
Vereador Maninho Felix

Vereador Marcos Crispim

  
Vereador Miltinho CGE

Vereadora Professora Marli

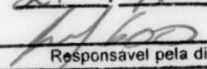
  
Vereador Rubão

  
Vereador Wagner Ferreira

Vereador Wilsinho da Tabu

Proposição Inicial  
Avisos distribuídos em:

21 / 11 / 23

  
Responsável pela distribuição

Ao Senhor

Vereador Cleiton Xavier

Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas





**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

**PARECER EM PRIMEIRO TURNO**

**PROJETO DE LEI 679/2023**

**VOTO DO RELATOR**

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 679/20, de autoria do nobre colega Vereador Pedro Patrus, que "dispõe sobre a Política de Cozinhas Comunitárias do município de Belo Horizonte."

O projeto em exame foi encaminhado às Comissões de Legislação e Justiça, I, "a", de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, VIII, "a", de Administração Pública, II, "g" e "i"; de Orçamento e Finanças Públicas, III, "b" e "c", nos termos do Regimento Interno desta Casa.

A Comissão de Legislação e Justiça manifestou pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, conforme se verifica às fls. 30/35.

A Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor se manifestou favoravelmente conforme às fls. 38/39. No mesmo sentido, a Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação, conforme fls. 45/47.

Seguindo o trâmite legislativo, cabe agora a esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas nos termos do art. 52, III, "b" e "c" do Regimento Interno, avaliar os aspectos da repercussão financeira do projeto e sua compatibilidade com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município de Belo Horizonte.

Passo a emitir o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

**FUNDAMENTAÇÃO**



O Projeto de Lei nº 679/2023 ter por escopo instituir Política de Cozinha Comunitária no âmbito da Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Município, com o objetivo de fornecer refeições nutricionalmente balanceadas, originadas de processos seguros para pessoas em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade e risco social e oferta de atividades de educação alimentar e nutricional.

Em breve síntese o autor do Projeto de Lei justifica sua proposição, senão vejamos:

*“A segurança alimentar e nutricional trata de um direito humano fundamental, que é o direito à alimentação adequada. Cada pessoa deve ter o acesso físico e econômico à alimentação adequada, ou, aos meios para obter esses alimentos. Este direito está assegurado no artigo 6º da nossa Constituição Federal.*

*Desde que a fome voltou, a insegurança alimentar, segundo relatório recente da ONU, atinge 70,3 milhões de brasileiros ou 1/3 da nossa população. É fundamental que, junto com o atual governo federal, que retoma a centralidade dessas políticas, atuemos para garantir o acesso a uma alimentação adequada às famílias que mais precisam.*

*As cozinhas comunitárias têm sido grandes exemplos de combate à fome, promoção de alimentação com qualidade nutricional e, ainda, de geração de renda e trabalho.*

*Cabe ainda destacar a sustentabilidade da produção e manejo dos alimentos que são livres do uso de agrotóxicos. A agricultura urbana e familiar também promovem o fortalecimento das comunidades ao formar teias comunitárias e agroecológicas de produção, que garantem o abastecimento dos mercados locais. Por isso, é preciso ampliar ainda mais o investimento na produção local de alimentos, através de políticas públicas que garantam às famílias e às comunidades o acesso aos meios de plantio e colheita desses alimentos. Valorizar e incentivar esse ramo são formas de construir a sustentabilidade da economia local, de assegurar alimentos limpos e saudáveis na mesa da população, de promover o manejo sustentável para melhor aproveitamento do solo e dos recursos naturais e, principalmente, de combater a insegurança alimentar e nutricional que assola nosso país.*



*As cozinhas comunitárias são locais de encontro e interação entre os membros da comunidade, promovendo o fortalecimento dos laços sociais e a inclusão de pessoas marginalizadas. Esses espaços são inclusivos, acolhendo pessoas de todas as idades, origens étnicas, religiões e condições socioeconômicas, criando um ambiente de solidariedade e apoio mútuo.*

*Uma Política de Cozinhas Comunitárias é uma medida necessária para enfrentar os desafios relacionados à fome, desnutrição e insegurança alimentar em nossa sociedade. Além de garantir o direito à alimentação adequada, essa política promove a educação alimentar, o fortalecimento comunitário e a redução do desperdício de alimentos. É responsabilidade do poder público fornecer os meios necessários para que todas as pessoas tenham acesso a uma alimentação digna e de qualidade, e a implementação de cozinhas comunitárias é um passo fundamental nessa direção. ”*

Oportuno salientar que, não cumpre a esta Comissão adentrar no mérito da questão que envolve a análise das demais comissões temáticas desta casa, assim, se limitando a análise dos requisitos objetivos próprios desta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas.

## **Da Repercussão Financeira; (art. 52, III, b)**

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101), repercussão financeira é toda e qualquer ação que gere custos ao erário ou implique em renúncia de receitas.

Nos artigos 15 e 16 da LRF, é vedada a geração de despesa ou assunção de obrigação, bem como a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa:

*Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.*

*Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*

*I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*



*II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.*

*§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:*

*I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;*

*II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.*

*§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.*

*§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.*

Do ponto de vista financeiro, não se vislumbra óbice, uma vez que o Projeto de Lei está consoante o disposto na lei orçamentária anual, com dotação orçamentária específica, bem como, compatível com o plano plurianual, conforme será demonstrado.

**Da compatibilidade das proposições com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual; (art. 52, III, c)**

A Lei nº 11.409 de 2022 dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2023 prevendo as prioridades e metas da administração pública municipal.

O objeto do projeto em exame está previsto no inciso IX do artigo 2º da LOA, senão vejamos:



IX - Área de Resultado Proteção Social, **Segurança Alimentar** e Esportes:

- a) integração e promoção das políticas de inclusão social e defesa dos direitos humanos com as diversas áreas de políticas públicas do Município;
- b) fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social - Suas - e do Sistema de **Segurança Alimentar** e Nutricional - Sisan;
- c) aprimoramento das políticas de prevenção, proteção social pública e promoção de ações afirmativas voltadas para crianças, adolescentes, mulheres, jovens, idosos, povos e comunidades tradicionais, população em situação de rua e pessoas com deficiência, ampliando a cobertura de equipamentos, serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social, **da segurança alimentar e da cidadania**;
- d) **fomento e garantia da inclusão produtiva da população em situação de rua ou trajetória de vida nas ruas na perspectiva da economia solidária e da provisão de segurança alimentar e nutricional para famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social**, por meio, entre outras políticas, do fortalecimento do programa Estamos Juntos, previsto na Lei nº 11.149, de 8 de janeiro de 2019;

Em relação ao Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG, há previsão no projeto de lei nº 759/23 que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2022-2025, para o período de 2024-2025 na Unidade Orçamentária, 1010 do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional o fornecimento de refeições subsidiadas em cozinhas comunitárias.

O projeto também encontra previsão e dotação orçamentária na peça orçamentária (projeto de lei 760/23) que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2024 na SUBAÇÃO: 0010 - **FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES SUBSIDIADAS EM COZINHAS COMUNITÁRIAS**, dotação orçamentária **1010.236920132.2307**.

**Portanto, observando-se a competência dessa comissão, verificamos que o projeto de lei em exame está de acordo com a previsão da Lei de responsabilidade fiscal e demais peças orçamentárias. Portanto, não encontra obstáculos nas legislações supracitadas, estando apto à aprovação.**

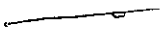




**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, o parecer é pela **aprovação do Projeto de Lei n° 679/2023**.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2023

  
Ver. Cleiton Xavier  
Câmara Municipal de Belo Horizonte  
Vereador Cleiton Xavier  
Partido PMN



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## RESPOSTA EM PAUTA

### 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA

#### Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

A resposta em pauta já foi publicada e o conteúdo pode ser consultado diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão”, seguido do respectivo número do requerimento e do ano.